

A crítica de Karl Marx à religião na obra *A Questão Judaica*¹

Ivanaldo Santos²

Resumo

Neste ensaio, procura-se demonstrar que Karl Marx critica a religião por duas razões. Primeiro, como uma crítica à concepção de Estado que se constitui como base e estrutura do Estado alemão e, por conseguinte, da Europa do século XIX. A religião faz parte do aparato ideológico que o Estado utiliza para alienar a população. Segundo, por projetar uma sociedade perfeita fora do mundo material, a religião impede a conscientização política dos trabalhadores e o processo mais elevado que é a revolução.

Palavras-chave: Marx, Estado e religião.

Abstract

In this essay looks for to demonstrate that Karl Marx criticizes religion for two reasons. First a criticism of the State concept as the basis and structure of the Berman State and, consequently, of Europe in the nineteenth century. Religion is part of the ideological apparatus used by the State to alienate the population. Second, by projecting a perfect society out of the material world, religion hinders workers political awareness and the most relevant process, which is the revolution.

Keywords: Marx, State and religion.

1. A crítica da concepção de Estado

Observando a história da humanidade, o filósofo Mondin (1926, p. 80) fez a seguinte reflexão: “a religião foi objeto de crítica em todas as épocas da história e em todas as civilizações. Mas, desde o início da época moderna, na maioria dos casos, as críticas não eram dirigidas à religião em si mesma, mas a certas deformações e abusos: eram críticas de politeísmo, de antropomorfismo, de superstição”.

Partindo desse mesmo pensamento, Karl Marx³ critica a religião⁴ como uma crítica da

¹ Este ensaio foi apresentado, na forma de comunicação oral, na III Semana de Filosofia do Departamento de Filosofia da UERN, núcleo de Caicó-RN. Realizada no período de 09 a 13/12/2003, no Auditório do Curso de Filosofia da UERN em Caicó-RN.

² Doutor em estudos da linguagem, professor do departamento de filosofia e do mestrado em Letras da UERN. E-mail: ivanaldosantos@yahoo.com.br.

³ Karl Marx foi um dos maiores pensadores já produzidos pela humanidade de todos os tempos, e depois dele “é impossível o retorno à ciência social pré-marxista” (REALE; ANTISERE, 1991, p. 206).

⁴ Para esta discussão, adota-se o conceito clássico de “religião” apresentado por Buarque (2000, p. 594), o qual afirma que “religião é qualquer filiação a um sistema específico de pensamento ou crença que envolve uma posição filosófica, ética, metafísica, etc.”.

concepção de Estado que se constitui como base e estrutura do Estado alemão do século XIX. Logo, “toda a crítica filosófica alemã [...], limita-se a crítica das representações religiosas, [...] o domínio da religião foi pressuposto. E, aos poucos, declarou-se que toda relação dominante era uma relação religiosa e se converteu em culto, culto do direito, culto do Estado, etc. Por toda parte, tratava-se apenas de dogmas e de crenças em dogmas” (MARX; ENGELS, 1999a, p. 24-25).

Sendo assim, para Marx (2000b, p. 85-86), “a religião é o soluço da criatura oprimida, o coração de um mundo sem coração, o espírito de uma situação carente de espírito, é o ópio do povo”. Mondin, comentando Marx, enfatiza ainda que “a religião opõe-se à luta de classes, pregando o amor e o perdão em vez da justiça e da revolução, adia a solução dos problemas deste mundo remetendo-a para outro mundo. Por isso, para resolver os problemas sociais e políticos e realizar o projeto de uma sociedade sem classes, é preciso suprimir a religião” (1997, p. 155). Logo, segundo Marx (2000a, p. 85) a derrota total da religião se dá quando a sociedade toma consciência de que a religião impede a transformação da sociedade, alienando o homem e criando “uma consciência invertida do mundo”, todavia, só se torna possível depois da destruição das raízes sociais desta, no caminho da construção do comunismo⁵.

2. A religião como ideologia

É muito conhecida a expressão: “a religião é o ópio do povo” (MARX, 2000b, p. 86), porém muito pouco compreendida, a famosa frase do período da juventude de Marx é retirada da sua obra *A questão judaica*, na qual efetua uma crítica da concepção de Estado, que é a base do Estado alemão do século XIX. É também nesta obra que Marx formula o seu conceito de religião. Associando a religião a uma substância, o ópio, que faz com que as pessoas entrem em um estado de paralisia e percam o fio condutor que as ligam com a realidade, foi a forma encontrada por Marx para, em poucas palavras, definir o efeito e a essência da religião. Com efeito, para ele a religião é eminentemente ideologia, ou seja, consolação e justificação de uma realidade onde reinam a opressão e a exploração.

Para compreendermos melhor este conceito vejamos o seguinte: em meados do século XIX, a Alemanha não havia ainda efetuado sua unificação, sua situação neste período é definida, por muitos historiadores, como caótica.

O poder absoluto de alguns governantes se fazia presente sobre a nação, que, fragmentada, era submetida a numerosas ordens que competiam entre si. Neste período, não havia jurisdição centralizada, predominava ainda a servidão e a censura era aplicada com severidade: qualquer leve indicação de tomada de consciência era reprimida com rigor. No entanto, na França, a situação era completamente diferente, a revolução fran-

⁵ Definiremos o “comunismo” como “a comunidade de bens com base na vida em sociedade e conseqüente exclusão da propriedade privada” (MONDIN, 1997, p. 174). Para Marx, o comunismo é o retorno completo e consciente do Homem a si mesmo, como homem social.

cesa tinha abolido a ordem monárquica absolutista, extinguido a servidão e instaurado a sociedade burguesa⁶.

Assim entende-se que sociedade burguesa é a sociedade que tem as características de um burguês. Ou seja, uma sociedade capitalista – e, na Inglaterra, estava se processando a revolução industrial. Será por meio da comparação e da análise dos contrastes existentes entre a Alemanha, França e Inglaterra que Marx faz suas críticas contra o Estado, a política e a filosofia alemã, e entenderá a religião como uma forma de maquiagem da realidade, sendo, pois a religião um instrumento essencial de conservação da ordem social, isto é, ideologia. Neste mesmo período, acontece também a implantação do capitalismo industrial. Devemos compreender como capitalismo industrial as riquezas acumuladas durante o período mercantilista, que passaram a ser usadas para contratar força de trabalho e compra de meios de produção. Deixaram assim de funcionar como capital comercial e capital usurário para assumir a forma de capital industrial. Desde meados do século XIX, o capitalismo é criticado como forma de organização da sociedade, desta forma Marx faz uma crítica à sociedade da época e apresenta propostas para sua transformação, elaborando assim uma nova concepção de mundo. Mas para o ser humano transformar esta realidade, ele não deve agir isoladamente, mas em conjunto e em sociedade.

Vós, judeus, sois egoístas quando exigis uma emancipação especial para vós, como judeus. Como alemães, deveis trabalhar pela emancipação política da Alemanha; como homens, pela emancipação humana (MARX, 2000b, p. 13).

Para Marx, a história é um processo dinâmico e dialético, no qual cada realidade social traz dentro de si o princípio de sua própria contradição, e é isto que gera a transformação constante da história. Podemos então perceber que no processo histórico, essas contradições são geradas pelas lutas de classes, deve-se compreender “lutas de classes” adotando o conceito usado por Marx citado por (REALE; ANTISERE, 1991, p. 197):

A história de toda sociedade que existiu até o momento é a história da luta de classes. Livres e escravos, patrícios e plebeus, barões e servos da gleba, membros das corporações e aprendizes, em suma, opressores e oprimidos, estiveram continuamente em mútuo contraste e travaram luta ininterrupta, ora latente, ora aberta, luta que sempre acabou com transformação revolucionária de toda a sociedade ou com a ruína comum das classes em luta.

É dessa forma que surge essa vontade de transformar a realidade social, que vai nortear toda a *Questão judaica*, é nela que a crítica da religião enquanto ideologia se fundamenta para conseguir alcançar esta transformação. A crítica da religião enquanto tal leva o

⁶ Entendemos por “sociedade burguesa” o conceito utilizado por Bottomore (2001, p. 39), quando afirma: “sociedade burguesa é uma designação dada aos homens que viviam em casa nobre (nos burgos) e posteriormente nas cidades onde não exerciam atividade braçal; modernamente falando é o homem apegado a valores materiais de hábitos conservadores”.

homem para o além da religião, – percebe-se o além da religião como afirma Marx (1987, p. 108): “as questões religiosas atuais possuem uma significação social. Não se trata mais de interesses religiosos em si. Só o teólogo pode ainda acreditar que se trate da religião enquanto religião”. Revelam-se então, as mediações existentes dentro do Estado, as classes dominantes. Entende-se classe dominante como uma classe que se sobrepõe às outras, com condições modernas de produção, e com uma consciência intelectual na qual todas as idéias tradicionais se dissolveram pelo trabalho.

Neste contexto, Marx está falando da burguesia. Entenda-se por burguesia a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção e empregadores de assalariados, e forma de organização social existente. Podemos então nos questionar, o porquê é que a crítica da religião hebraica nos leva para o além da religião? Marx (2000b, p. 98) responde:

Para que coincida a revolução de um povo e a emancipação de uma classe especial da sociedade burguesa, para que uma classe valha por toda a sociedade, é necessário, pelo contrário, que todos os defeitos da sociedade se condensem numa classe, que uma determinada classe resuma em si a repulsa geral, que seja a incorporação do obstáculo geral; é necessário, para isto, que uma determinada esfera social seja considerada como crime notório de toda a sociedade, de tal modo que a emancipação desta esfera surja como auto – emancipação geral.

Para Marx, os judeus têm todos os elementos que impedem a transformação da sociedade e colaboram para a alienação humana⁷. Assim, os judeus são pessoas totalmente egoístas e capitalistas⁸, neste sentido, a religião seria uma espécie de nuvem que encobriria todas as aparências reais das coisas e a crítica da religião hebraica é a arma responsável pelo desaparecimento desta nuvem, possibilitando assim, que o homem reconheça que não existe outra realidade, a não ser aquela que ele mesmo constrói cotidianamente, por meio de suas ações.

A crítica arrancou as flores imaginárias que enfeitavam as cadeias, não para que o homem use as cadeias sem qualquer fantasia ou consolação, mas para que se liberte das cadeias e

⁷ Adotamos o conceito de “alienação” apresentado por Bottomore (2001, p. 5-8), quando afirma: “o termo, que na linguagem comum significa perda de posse, de um afeto ou dos poderes mentais, foi às vezes empregado pelos filósofos com certos significados específicos. Para Hegel, o termo indica o alhear-se da consciência de si mesmo, pelo qual ela se considera como uma coisa. Segundo Karl Marx, Hegel errou em confundir a objetivação, que é o processo pelo qual o homem se coisifica, isto é, exprime-se ou exterioriza-se na natureza mediante o trabalho, com a alienação, que é o processo pelo qual o homem se torna estranho a si, até ao ponto de não reconhecer a si mesmo. A alienação é, porém, o prejuízo ou a condenação maior da sociedade capitalista. A propriedade privada produz a alienação do operário, quando o produto do seu trabalho não é voluntário, mas obrigatório porque não é a satisfação de uma necessidade, mas só um meio para satisfazer a outras necessidades”.

⁸ Deve-se observar que Marx não está defendendo o preconceito racial contra os judeus, até porque ele mesmo era judeu. O que Marx faz é analisar a religião judaica do século XIX para demonstrar sua relação direta com os interesses e o aparelho ideológico do Estado.

apanhe a flor viva. A crítica da religião desengana o homem para que este pense, aja e organize sua realidade como um homem desenganado que recobrou a razão a fim de girar em torno de si mesmo e, portanto, de seu verdadeiro sol. A religião é apenas um sol fictício que se desloca em torno do homem enquanto este não se move em torno de si mesmo (Marx, 2000b, p. 86).

Percebe-se que para Marx o que dá fundamentação à crítica da religião é o ser humano tomar consciência de que é responsável pela transformação e mudança do mundo onde vive, mas esta mudança não se dá de maneira isolada e sim de forma coletiva, este fator seria para Marx o fundamento da referida crítica. Continuando nessa mesma linha de pensamento ele enfatiza:

A religião não faz o homem, mas, ao contrário, o homem faz a religião: este é o fundamento da crítica irreligiosa. A religião é a autoconsciência e o auto-sentimento do homem que ainda não se encontrou ou que já se perdeu. Mas o homem não é um ser abstrato, isolado do mundo. O homem é o mundo dos homens, o Estado, a sociedade, este Estado, esta sociedade, engendram a religião, criam uma consciência invertida do mundo, porque eles são um mundo invertido (MARX, 2000b, p. 85).

Assim, a religião é, dentro desta visão, um instrumento que não permite que os homens tomem consciência de sua verdadeira situação, fazendo com que estes passem a se preocupar basicamente com o outro mundo (o céu, o paraíso, o inferno, etc.) e encarem a opressão e exploração pelas quais passam aqui neste mundo (terra), como algo natural, vontade divina, pagamento dos pecados anteriores, expiação que é necessária para se alcançar o reino de Deus e não como fruto de um processo histórico-social.

Tão logo o judeu e o cristão reconheçam que suas respectivas religiões nada mais são do que fases diferentes do desenvolvimento do espírito humano, diferentes peles de serpente com que mudou a história, sendo o homem a serpente que muda de pele em cada uma destas fases (MARX, 2000b, p. 15).

Desta forma, a religião como ideologia precisa ser abolida e que essa abolição começa a partir da crítica da religião, pois, “a questão judaica é uma questão religiosa” (MARX, 2000, p. 68).

3. Estado versus religião

Segundo Staccone (1987, p. 110), nos anos 1842-1843, Marx, “colaborando com a revista *Anekdotia* e o *Rheinische Zeitung*, desenvolveu uma ativa polêmica anti-religiosa, sobretudo criticando o tipo de relação Estado-Igreja, que existia na Alemanha”. Na obra *A Questão judaica*, “é a contradição Estado-Religião que constitui o interesse principal, se bem que a crítica da emancipação política se transforma em uma crítica da religião

judaica” (MARX, 1987, p. 112). Neste período, a relação Estado-Igreja se dá em forma de troca, pois o Estado era responsável por sustentar a Igreja, e a Igreja, por sua vez, era responsável por alienar o povo para manter o sistema econômico do Estado. A revolução industrial (NOVA, 1999, p. 276) que se dá com a transformação industrial e social, e que se caracteriza pelo emprego de máquinas em grande escala, possibilitando um incremento em todas as operações industriais e comerciais e uma passagem da economia essencialmente camponesa, com predomínio de mercados locais, para uma sociedade industrial em que as conexões internacionais lhe permitem exportar os excedentes de sua produção, expandia-se sob a forma do capitalismo liberal. O proletariado (a classe operária) vivia sob as mais desumanas condições de trabalho, salários de fome, a inexistência de mecanismo de reivindicação da justiça social e, sobretudo, com o próprio Estado a serviço de uma economia violentamente competitiva.

Assim Marx quer resolver o conflito entre capital e trabalho, que se dá com a produção de mercadorias por meio de máquinas reunidas num mesmo local; ou seja, na fábrica. Contudo, “a mecanização revoluciona o modo de produzir mercadorias, não só pelo fato de incorporar as habilidades dos trabalhadores, mas também porque os subordina à máquina” (TOMAZI, 2000, p. 49). Há, então, uma separação muito clara entre a força que faz mover a máquina e a força do ser humano. Com isso, “o homem, agora, serve à máquina, ela o domina, dá-lhe o ritmo de trabalho” (TOMAZI, 2000, p. 50). É, portanto, dentro deste contexto que podemos falar de conflito entre capital e trabalho, pois ele aparece a partir do momento em que os trabalhadores percebem que estão trabalhando mais e que, no entanto, estão cada dia mais miseráveis.

Assim, “vários tipos de enfrentamentos ocorrem ao longo do desenvolvimento do capitalismo, desde o movimento dos destruidores de máquinas, no século XIX, até as greves e as revoltas armadas como as que aconteceram durante o ano de 1848, em quase toda a Europa [...]” (TOMAZI, 2000, p. 51). Suprimindo o capital e reduzindo tudo ao trabalho, ou seja, o que Marx deseja é que os trabalhadores tomassem conta de todas as fontes de produção, tais como: as máquinas, as indústrias e a terra, e que o Estado administrasse todos os bens da sociedade.

Por seu lado, a Igreja Católica percebe a gravidade da crise social, que inclusive ameaçava levar para dentro da Igreja as tensões entre capitalismo e socialismo.

Este termo, socialismo, que se difundiu na Inglaterra nas primeiras décadas do século XIX, tem duas significações principais: 1) Uma significação mais ampla, designando, em geral, qualquer doutrina que defenda ou preconize a reorganização da sociedade em bases coletivas, 2) Em sentido mais restrito entende-se por socialismo a corrente que se distingue do comunismo e se opõe a ele, enquanto: a) exclui a necessidade da ditadura do proletariado; b) exclui que tal ditadura possa ser exercida, em nome do proletariado, por qualquer partido político; c) exclui a diferença radical, que se observa nos países de regime comunista, entre a qualidade de vida da elite dirigente e a da maioria dos cidadãos; d) exclui a subordinação da vida cultural às exigências do partido, à vontade de seus dirigentes; e) exige respeito às regras do método democrático (LIMA, 2002, p. 5).

A Igreja defende a tese de que o maior perigo é representado pelo pensamento socialista, que vem abalar valores fundamentais da sociedade e da cultura ocidental.

Mesmo assim, a Igreja não fica à margem do movimento social. Ela pretende atingir a justiça social através da solidariedade cristã. Com isso, Leão XIII, que foi papa da Igreja Católica, de 20 de fevereiro de 1878 a 20 de julho de 1903, publicou a encíclica *Rerum Novarum* (Das coisas novas) a qual retrata inicialmente a situação de infortúnio e de miséria imerecida da classe operária. Assim, a carta encíclica foi um dos pronunciamentos papais mais importantes da história e, mais de um século depois, continua a contribuir para a formação do pensamento social católico. Logo, a Igreja propõe ao Estado que o operário deve fornecer integral e fielmente todo o trabalho a que se comprometeu; o patrão, por sua vez, deve dar a cada operário o salário que convém.

Desta forma, a Igreja Católica formula uma nova concepção de Estado que não é um governo estabelecido num determinado povo em particular, mas todo governo que corresponde aos preceitos da razão natural e aos ensinamentos divinos; contudo é dever do Estado zelar pelo bem moral e pelo bem social do cidadão, pois é nisto que consiste a relação entre Estado-Igreja.

Na concepção de Marx, o papa Leão XIII estava perdendo tempo. Isto se dá por dois motivos. Primeiro, porque a sociedade já tinha tomado consciência de que agindo em comunidade poderia transformar a sociedade; segundo, porque a religião já havia sido derrotada, assim, não é o Estado-religioso, em si, que sustenta as concepções religiosas, mas o Estado-leigo de forma geral. De fato, o conflito religioso apresenta-se com características diferentes de Estado-nação para Estado-nação, o que leva a desconfiar da verdadeira relação entre os dois. Na Alemanha, onde “não existe um Estado político, um Estado como tal, a questão judaica assume uma conotação puramente teológica” (MARX, 2000b, p. 18). Na França, por exemplo, apesar do Estado constitucional, que permite meia emancipação política, “a atitude dos judeus diante do Estado conserva a aparência de uma contraposição religiosa, teológica” (MARX, 2000b, p. 18).

Marx afirma que “só nos Estados livres da América do Norte [EUA] perde a questão judaica seu sentido teológico, para converter-se em verdadeira questão secular” (2000b, p. 19). Assim, não se pode buscar no Estado a fonte da religião, nem na religião, a base para o Estado.

A religião já não constitui, para nós, o fundamento, apenas e simplesmente, constitui o fenômeno da limitação secular. Explicamos, portanto, as cadeias religiosas dos cidadãos livres por suas cadeias seculares. Não afirmamos que devam acabar com a limitação religiosa para poder destruir suas barreiras seculares. Afirmamos que acabam com a limitação religiosa ao destruir suas barreiras temporais. Não convertemos problemas seculares em problemas teológicos. Depois de a história estar mergulhada na superstição durante séculos, dissolvemos a superstição da história (MARX, 2000b, p. 20).

Com isso, Marx comprova uma separação entre o Estado político e a sociedade civil⁹, ou seja, entre os interesses gerais e os interesses particulares, conseqüentemente os homens vivem dentro de uma sociedade hipócrita, pois são ao mesmo tempo religiosos e cidadãos; comerciantes e cidadãos; trabalhadores e cidadãos; latifundiários e cidadãos.

4. Egoísmo: problema da emancipação

Segundo Marx “a religião é o soluço da criatura oprimida” (2000b, p. 85), mas, a destruição da religião é o começo de uma liberdade, assim a felicidade ilusória do povo deve ser agora substituída pela sua felicidade real. Esta liberdade não pode acontecer de forma egoísta como desejavam os judeus – entenda-se “judeus” no sentido do sujeito moderno que possui uma crença religiosa e não o “judeu” cidadão do Estado de Israel –, pois, a emancipação alemã não seria obra de uma classe particular, mas “como alemães, devíeis trabalhar pela emancipação política da Alemanha; como homens, pela emancipação humana” (MARX, 2000b, p. 13). Todavia, o problema da emancipação deve-se dar de duas formas: primeira como emancipação política e segunda como emancipação humana. Sendo que a emancipação política realizada com a revolução francesa e com a Constituição dos Estados Unidos da América do Norte, (EUA), em nada mudou a estrutura da sociedade civil. Contudo “nenhum dos chamados direitos humanos ultrapassa, portanto, o egoísmo do homem, [...], isto é, do indivíduo voltado para si mesmo, para seu interesse particular, em sua arbitrariedade privada e dissociada da comunidade” (MARX, 2000a, p. 37).

Assim, “a emancipação política é a relação do homem, de um lado, o membro da sociedade burguesa, o indivíduo egoísta independente e, de outro, o cidadão do Estado, a pessoa moral” (MARX, 2000b, p. 42), enquanto que emancipação humana consiste na afirmação do ser social humano, negando uma falsa liberdade como era a emancipação política: “somente quando o homem tenha reconhecido e organizado suas próprias forças sociais e quando, portanto, já não separa de si a força social sob a forma de força política, somente então se processa a emancipação humana” (MARX, 2000b, p. 42).

O que ele propõe na realidade é a derrota total da religião, mas ao se referir a esta derrota, Marx propõe que se precisa acabar com as raízes sociais da burguesia, pois o que fundamenta a burguesia são o egoísmo, a usura e o dinheiro; por isso suprimir ou acabar com a religião não está ligado à atividade teológica, mas sim à transformação radical da sociedade que produz a religião. Sendo assim,

[...] o dinheiro é o Deus zeloso de Israel, diante do qual não pode legitimamente prevalecer nenhum outro Deus. O dinheiro humilha todos os deuses do homem e os converte em mercadoria, [...], o dinheiro é a essência do trabalho e da existência do homem, alienada deste,

⁹ Adotamos o conceito de “sociedade civil” usado por Coutinho (1996, p. 13-14), quando afirma: “A sociedade civil é o conjunto de instituições, tais como: sindicatos, partidos políticos, associações literárias e outras, que lutam, juntas ou separadas, para resolver ou amenizar os diversos conflitos e problemas sociais existentes”.

e esta essência o domina e é adorada por ele. O Deus dos judeus se secularizou, converteu-se em Deus universal. A letra de câmbio é o Deus real do judeu (MARX, 2000b, p. 48).

A sociedade só poderá derrotar a religião quando destruir suas raízes sociais. Logo, para Marx, isto só será possível no caminho da construção do comunismo. Pois, para a sociedade resolver os seus problemas sociais e políticos e realizar o projeto de uma sociedade sem classes, Marx propõe o advento do comunismo, contudo, “trata-se da passagem necessária a uma sociedade sem propriedade privada, sem divisão de trabalho, sem alienação e, sobretudo, sem Estado e, portanto, sem classe” (MARX, citado por REALE, ANTISETE, 1991, p. 202). É preciso suprimir a religião e conseqüentemente o egoísmo, para que assim se possa transformar radicalmente a sociedade que se enquadrou à religião. Desta forma, a religião hebraica, e a religião de forma geral, se fundamentam não em Deus, mas no egoísmo.

Contudo, este inter-relacionamento entre o judaísmo e a Sociedade Burguesa é de uma precisão que Marx, na *Questão judaica* (2000b, p. 47-48), ressalta:

Qual era o fundamento da religião hebraica? A necessidade prática, o egoísmo. O monoteísmo do judeu e, portanto, na realidade, o politeísmo das muitas necessidades, um politeísmo que converte até mesmo o vaso sanitário em objeto da lei divina. A necessidade prática, o egoísmo, é o princípio da sociedade burguesa e se manifesta como tal em toda sua pureza da mesma maneira que a sociedade burguesa extrai totalmente de seu próprio seio o Estado político. O Deus da necessidade prática e do egoísmo é o dinheiro. [...]. Seu Deus é somente a letra de câmbio ilusória. A concepção que se tem da natureza sob o império da propriedade e do dinheiro é o desprezo real, a degradação prática da natureza, que na religião hebraica existe, certamente, mas só na imaginação.

Todavia, para Marx existe uma relação entre a religião judaica e a sociedade burguesa. Esta relação se dá através do egoísmo e do dinheiro que constitui o fundamento da religião judaica e da sociedade burguesa, capaz de transformar o dinheiro em um Deus zeloso de Israel, ao qual nenhum outro deus pode prevalecer.

5. A luta de Marx para derrotar a religião

Falamos anteriormente que, segundo Marx, é preciso superar a religião para acabar com o egoísmo, e assim construir uma nova sociedade. Mas, a superação da religião não é apenas uma atividade da consciência, mas implica na superação da sociedade que a produz. Sabe-se que o ser humano necessita libertar-se, tanto teoricamente como praticamente, de suas alienações, neste sentido, a crítica tem como missão desmascarar a auto-alienação, para que o homem possa se auto-emancipar. “A crítica da religião desengana o homem para que este pense, aja e organize sua realidade como um homem desenganado que recobrou a razão a fim de girar em torno de si mesmo e, portanto, de seu verdadeiro sol” (MARX, 2000b, p. 86).

Para Marx, o homem não adquire a liberdade com a religião, pois, a religião desvia-o da sua realidade terrena, remetendo-o a uma realidade fictícia, a qual ilude o ser humano a inventar um mundo imaginário para reduzir a miséria da vida a um sonho dourado. Como forma de fugir da realidade terrena, assim a religião é um instrumento de alienação. Mas, vale a pena salientar que, antes da alienação assumir a forma religiosa, ela assume, num primeiro momento, a forma de uma realidade social, para, em um segundo momento, ganhar a forma religiosa. Logo, a religião tem como função distrair os oprimidos da realidade de sua opressão, enquanto os explorados, ou seja, a classe operária acredita que seus sofrimentos lhe garantem liberdade e felicidade no futuro (paraíso). Por isso, Marx (2000b, p. 86) exige que “a crítica do céu se converta na crítica da terra, a crítica da religião na crítica do direito, a crítica da teologia na crítica da política”.

Desta forma ele demonstra ainda que o ser humano não é um ser abstrato, mas “o homem é o mundo dos homens, o Estado, a sociedade. Este Estado, esta sociedade, engendram a religião, criam uma consciência invertida do mundo, porque eles são um mundo invertido” (MARX, 2000b, p. 85). Contudo, para Marx (2000b, p. 75), “se o homem quisesse ser livre teria que sacrificar necessariamente o privilégio da fé”. Sendo assim, ele deseja que o proletariado busque a felicidade real, que é a liberdade e a realização neste mundo. “Eles [os proletários] mesmos devem abrir os olhos: seu destino está em suas próprias mãos, a história não permite que ninguém se omita” (MARX, 2000a, p. 44).

6. A essência da religião

Na obra *A Questão judaica*, percebe-se que a raiz da alienação religiosa deve ser vista na sociedade civil, pois se deve ao proletariado a tarefa histórica de superar a sociedade burguesa e a tarefa de construir uma nova sociedade denominada de comunista, mediante a qual, tanto a alienação religiosa como a política serão superadas. Desta forma, “na Alemanha, a crítica da religião chegou, no essencial, ao fim. A crítica da religião é a premissa de toda crítica” (MARX, 2000b, p. 85).

Assim, o argumento usado por Marx para suprimir a religião é o seguinte: “A religião não faz o homem, mas, o contrário, o homem faz a religião: este é o fundamento da crítica irreligiosa” (2000b, p. 85), todavia, em Marx, a essência da religião nada mais é do que a autoconsciência do ser humano. Assim, a religião é um elemento do mundo da ideologia, ou seja, um produto da atividade da consciência dos homens, contudo, “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX; ENGELS, 1999b, p. 37). Logo, a religião é um produto de suas relações sociais. Assim, para entender a atividade da consciência é preciso partir “dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida” (MARX; ENGELS, 1999b, p. 37). Contudo, afirma-se que a origem da religião não está no ser humano, mas na sociedade e no Estado. “Este Estado, esta sociedade, engendram a religião, criam uma consciência invertida do mundo, porque eles são um mundo invertido” (MARX, 2000b, p. 85).

Portanto, esta crítica feita por Marx deu seus frutos, um dos quais foi demonstrar que o conteúdo da religião é apenas o reflexo do homem. Assim sendo, a religião “é a realização fantástica da essência humana porque a essência humana carece da realidade concreta. Por conseguinte, a luta contra a religião é, indiretamente, a luta contra aquele mundo que tem na religião seu aroma espiritual” (MARX, 2000b, p. 85). Com esta crítica ele está mostrando que o mistério da essência da religião nada mais é do que o “deus” da religião, que consiste num sol fictício e ilusório. Assim, ela assume uma realidade social, logo, a religião vem a ser: “a teoria geral deste mundo, seu compêndio enciclopédico, sua lógica popular, sua dignidade espiritualista, seu entusiasmo, sua sanção moral, seu complemento solene, sua razão geral de consolo e de justificação” (MARX, 2000b, p. 85).

Com a crítica à religião, Marx afirma que o ser humano se ilude ao inventar um mundo imaginário para redimir a miséria da vida. Para ele a religião é uma estrutura social que faz com que as pessoas entrem em um estado de paralisia, daí a religião ser chamada de “ópio do povo” (MARX, 2000b, p. 86). Contudo, Marx critica a religião como uma crítica da concepção de Estado que se constitui como base e estrutura do Estado Alemão do século XIX. A religião é dentro desta estrutura um instrumento que não permite que os homens tomem consciência de sua verdadeira situação, fazendo com que estes passem a se preocupar basicamente com o outro mundo (o céu, o paraíso, o inferno, etc.) e percebam a opressão e exploração pelas quais passam aqui neste mundo (terra), como vontade divina e não como fruto de um processo histórico- social.

Por fim, pode-se então questionar: será que a religião buscando elaborar um sentido na vida do ser humano está considerando os reais e principais problemas da vida humana? Será que a religião funciona apenas como um anestésico, um ópio? Será que a religião está sendo um instrumento que conscientiza e liberta o ser humano? Ou será que Marx tem, atualmente, ainda, razão ao dizer que a “religião é o ópio do povo”?

7. Referências bibliográficas

- ALMEIDA, A. Alves de. *Nova Enciclopédia de Pesquisa Fase*. Rio de Janeiro: Fase. v. 9. 1971.
- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Tradução Waltensir Dutra [et al]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1999.
- COUTINHO, Carlos Nélson. *Marxismo e Política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 1996.
- BUARQUE, Aurélio de Holanda Ferreira. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- LIMA, José Moreira de. *Uma Breve Introdução histórica a Karl Marx e ao marxismo*. 2002. 48f. Trabalho de conclusão de curso Graduação em Filosofia – Curso de Filosofia, Seminário de São Pedro, Natal, 2002.
- MARX, Karl. ENGELS, F. *A Sagrada Família*. s/t. São Paulo: Moraes, 1999a.
- _____. *A Ideologia Alemã*. Tradução José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1999b.

MARX, Karl. *Para a crítica da economia política, do capital, o rendimento e suas fontes*. Trad. Edgard Malagodi. São Paulo: Nova Cultural, 2000a.

_____. *A Questão Judaica*. s/t. São Paulo: Centauro, 2000b.

MONDIN, Battista. *Quem é Deus? Elementos de teologia filosófica*. Tradução José Maria de Almeida. São Paulo: Paulus, 1997.

NOVA Enciclopédia Barsa. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações, 1999. V.9.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da Filosofia: do romantismo até nossos dias*. Tradução L. Costa e H. Dalbosco. São Paulo: Paulus, 1991. (Coleção Filosofia).

SOCIEDADE CIENTIFICA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA. *LOGOS*, Enciclopédia luso-brasileira de filosofia. Lisboa: Ed. Verbo, 1997. v.2.

STACCONE, Giuseppe. *Filosofia da religião: o pensamento do homem ocidental e o problema de Deus*. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

TOMAZI, Nelson Dacio. *Iniciação à Sociologia*. São Paulo: Atual, 2000.

ZILLES, Urbano. *Filosofia da Religião*. São Paulo: Paulinas, 1991.